

Diário Oficial

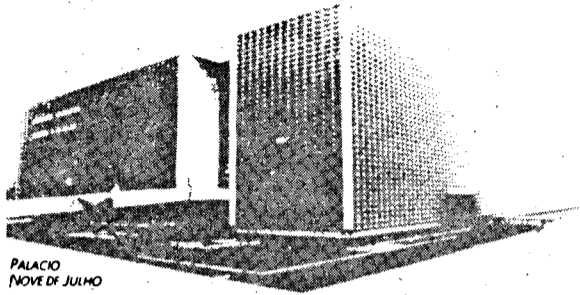
ESTADO DE SÃO PAULO

v. 102

n. 28

São Paulo

sábado, 8 de fevereiro de 1992



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

12ª Legislatura

MENSAGEM DE SUA EXCELÊNCIA

O SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 1991

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Ao ensejo da apresentação de nossa segunda Mensagem a essa egrégia Assembléia Legislativa, daremos conta das principais atividades desenvolvidas no ano de 1991 e do que o Governo do Estado de São Paulo pretende executar em 1992. De passagem, recordaremos os postulados políticos que dão continuidade e coerência à ação por nós desenvolvida, à luz de um diálogo permanente com todos os setores da sociedade, em cumprimento às prioridades anunciadas e aos compromissos assumidos.

De início, seja-nos permitido enfatizar que o Governo do Estado terminou o ano de 1991 com todas as suas contas rigorosamente em dia, tanto no que se refere ao pagamento do funcionalismo — que recebeu seus vencimentos com reajustes mensais e 13º salário nas datas aprazadas — quanto no que diz respeito ao pagamento da sua dívida externa e interna com bancos privados e organismos internacionais, Banco do Brasil e débitos mobiliários. Contraiu-se no ano findo um único empréstimo externo, junto ao Banco Mundial (BIIRD), destinado ao financiamento de uma das nossas maiores prioridades, o Programa de Reforma do Ensino Público.

Paralelamente, o Governo do Estado investiu cerca de US\$ 2,5 bilhões em estradas, hospitais, centros de saúde, obras de saneamento básico, penitenciárias, unidades policiais, escolas e casas populares.

Note-se que tais resultados foram alcançados a despeito da grave crise econômica que todos conhecemos: o setor público federal sem capacidade financeira, delongando o repasse de verbas para os Estados; a falta de investimentos internacionais; as empresas descapitalizadas; a inflação persistente; a recessão dramática. São Paulo, que acolhe trabalhadores de todas as partes do País e é o primeiro a se beneficiar nos momentos de prosperidade, mostra-se especialmente vulnerável quando as empresas se vêem constrangidas a dispensar seus empregados. Neste quadro sombrio, a arrecadação do ICMS, principal receita do Governo de São Paulo, sofreu uma queda equivalente a US\$ 2,4 bilhões entre os meses de janeiro e novembro de 1991.

Se ainda assim conseguimos manter as contas em dia e os investimentos no nível desejado, isto se deve a duas grandes diretrizes que vêm sendo seguidas desde o primeiro dia de nosso Governo, as quais permanecem válidas em 1992 e assim continuarão até o término do nosso mandato. A primeira delas chama-se austeridade administrativa, e determina economizar o máximo possível para investir onde se fizer necessário. A segunda, que é uma característica paulista por excelência, exige o redobrar de esforços frente à adversidade, renovando a confiança coletiva, cumprindo e fazendo cumprir a obrigação comum de trabalhar e de construir, com serenidade, com bom-senso e com fé no diálogo.

A procura de austeridade nos levou a tomar, de imediato, medidas severas tais como a proibição de quaisquer compras do Estado, a não ser aquelas de caráter emergencial, e a de sustar novas contratações, excetuadas as relacionadas com as áreas prioritárias de Educação, Saúde, Habitação e Segurança. Na mesma linha, determinamos o fim das requisições de passagens aéreas e aeronaves executivas e limitamos drasticamente o uso de veículos oficiais. Impusemos, enfim, o corte de 10% nas despesas de custeio de toda a máquina da administração direta e indireta, incluídas as empresas de economia mista.

Embora indispensáveis para o equilíbrio financeiro do Estado, essas medidas seriam insuficientes se não viessem acompanhadas de um grande esforço coletivo para resistir à crise, incentivando a produção e criando empregos. Assim nasceu, em maio de 1991, o Fórum Paulista de Desenvolvimento, um mecanismo de entendimento original com a presença atuante dos mais diversos setores da sociedade. Convencidos de que o bom atendimento ao povo de São Paulo está acima de qualquer interesse político, de qualquer conveniência partidária ou ideológica, abrimos o Fórum a todos os interessados em apresentar alternativas para a promoção do desenvolvimento. A resposta das áreas empresarial, acadêmica, científica, jurídica, sindical e parlamentar não se fez esperar. Logo constituímos treze grupos de trabalho, mais tarde ampliados para 15, e realizamos quatro plenárias no Palácio dos Bandeirantes, nos dias 19 de maio, 9 de julho, 7 de setembro e 28 de novembro.

Em seus primeiros meses de atuação, o Fórum foi responsável pelo lançamento de uma série de medidas fiscais, programas de financiamento e iniciativas várias que já redundaram em projetos de investimentos da ordem de US\$ 500 milhões e na criação de 80 mil novos empregos.

Dentre as providências já concretizadas, salientamos a redução do ICMS incidente em diversas atividades e circunstâncias, com o objetivo de incentivar a expansão e a modernização, ou de igualar benefícios concedidos a concorrentes de outros Estados; a abertura de linhas de crédito para compra de equipamentos modernos; a ampliação ou transferência de fábricas, para pequenos e médios empresários e produtores rurais; os estímulos à modernização da gestão empresarial; a agilização dos trâmites burocráticos e administrativos; a reativação de institutos de pesquisa; a criação do Fundo de Expansão Agropecuária e os incentivos ao uso do calcário como regenerador do solo, além de medidas destinadas às camadas mais sacrificadas da população, tais como o estabelecimento de prazos mais amplos para aposentados e pensionistas pagarem tarifas públicas e os programas de reciclagem de trabalhadores desempregados.

Na agricultura, adotamos, desde logo, uma iniciativa ousada, diferindo o ICMS nas compras de adubos, defensivos agrícolas, sementes e calcários, que representam as despesas mais significativas do produtor rural. Era uma reivindicação antiga de nossos agricultores, tanto daqueles voltados para as grandes culturas de exportação, como a soja e a laranja, ou produtoras de energia, como a cana-de-açúcar, quanto dos que se dedicam à produção de arroz, feijão, milho e hortaliças.

Ao tomarmos esta decisão sabíamos que iríamos perder, de imediato, uma parcela adicional de nossa arrecadação. Mas confiávamos no reequilíbrio que adviria do incremento do mercado de trabalho, do recolhimento de impostos municipais e do aumento da produção, beneficiando a população como um todo. As estatísticas vieram demonstrar o acerto desta providência, pois elas apontam, entre maio e outubro de 91, o crescimento das vendas em índices significativos: cerca de 20% para o calcário, 20% para sementes e 15% para fertilizantes.

No caso dos incentivos à ampliação e à transferência de indústrias, destacamos que apenas a indústria cervejeira está investindo um total equivalente a US\$ 320 milhões. São empreendimentos de grande vulto: ampliação das indústrias de cerveja da Antártica em Jaguariúna (já inaugurada), da Brahma e da Kaiser em Jacaref, e da Skol em Guarulhos, além da instalação de uma fábrica de refrigerantes da Coca-Cola/Spal em Jundiá. No total, estes investimentos vão gerar mais de dois mil empregos diretos.

Preocupado com o desequilíbrio econômico em algumas regiões do Estado, o Fórum criou um programa de desenvolvimento regional que já cogita da implantação de dez grandes projetos no Vale do Ribeira, nos setores de crustáceos, hotelaria, gráfico e de laticínios. Eles envolvem investimentos da ordem de US\$ 32 milhões e poderão gerar 760 empregos diretos e 1700 indiretos. Também estão sendo analisados quatro projetos nos setores de agroindústria, cerâmica, têxtil e alimentação para a região do Pontal do Paranapanema, totalizando investimentos da ordem de 2,5 milhões de dólares.

Para incentivar, de maneira geral, a atividade econômica do Interior do Estado, o Fórum criou o chamado Balção de Projetos, mecanismo através do qual as prefeituras interessadas em incentivar o seu crescimento industrial apresentam um projeto discriminando as vantagens que possam oferecer. Este projeto é encaminhado à Fundação Prefeito Faria Lima — órgão do Governo do Estado — de onde segue para a FIESP, para análise dos industriais interessados em expandir suas atividades.

A receptividade tem sido excelente. Trezentos e oitenta e nove municípios encaminharam suas propostas ao programa, e cinquenta delas já despertaram reações positivas de parte do setor industrial.

O apoio indispensável a esse grande processo de desenvolvimento desencadeado pelo Fórum está a cargo do BANESPA — Banco do Estado de São Paulo —, que é o seu principal agente financeiro. Entre vários programas de crédito abertos atualmente, alinham-se o Programa de Apoio Integral à Produção, objetivando dar atendimento a agricultores e pecuaristas em todas as etapas do processo produtivo, o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROID), que concede financiamentos de investimentos e capital de giro às empresas cujos projetos de implantação, expansão ou ampliação de capacidade produtiva sejam desenvolvidos no Estado, e o Programa de Financiamento de Capital de Giro, mediante desconto de duplicatas a taxas favorecidas.

A captação de recursos em outras fontes, incluindo o sistema financeiro internacional e um maior entrosamento com a iniciativa privada, também foram objeto de medidas do Fórum. É o caso da Companhia Paulista de Desenvolvimento, empresa que busca atrair investimentos internos e externos para projetos nas áreas de infra-estrutura e serviços públicos a serem executados em sistema de parceria entre o Estado e a iniciativa privada.

Como se depreende do exposto, as iniciativas geradas no Fórum se encontram em diversos níveis de desenvolvimento, muitas já na plenitude dos resultados concretos, outras se preparando para frutificar em 1992 e nos anos seguintes. Embora a braços com a grave crise econômica, que exige soluções rápidas, os participantes do Fórum entendem que o seu papel não se pode circunscrever a medidas de curto prazo.

A preocupação com o futuro dos paulistas, sob a perspectiva de um horizonte mais dilatado, constitui, em verdade, preocupação fundamental do Governo de São Paulo, como se evidencia cada vez mais na obra desenvolvida de forma abrangente por suas Secretarias de Estado. A própria escolha das prioridades — Educação, Saúde, Habitação e Segurança — é uma indicação segura de tal diretriz, pois nesses setores os investimentos exigem maturação mais demorada.

Na área de Segurança, estamos implementando extenso programa que inclui o aumento dos efetivos da Polícia Militar e Polícia Civil, o aperfeiçoamento dos cursos de treinamento e reciclagem, o prosseguimento da política de re-